



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

ANO VI

PASQUIM FEMINISTA
Publicação da
COLETIVA FEMINISTA GSEX
ANO VI- N°8

Data de fechamento: 31/08/2026

Maria Meire de Carvalho
Coordenadora do projeto

Ana Gabriela Colantoni
Revisoras do projeto

Ana Carola Cavalcante
Design e Diagramação gráfica

*Agosto
Lilás*

TEMA 1.412 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF DE AGOSTO DE 2026: A LEI MARIA DA PENHA NÃO CABE MAIS SÓ DENTRO DE CASA

por: Izabela Lopes Jamar

A decisão do Supremo Tribunal Federal que ampliou o alcance das medidas protetivas da Lei Maria da Penha representa uma mudança importante na compreensão jurídica da violência contra as mulheres no Brasil. Ao julgar o Tema 1.412, em 19 de agosto de 2026, o STF decidiu, por unanimidade, que as medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/2006 podem ser aplicadas a toda forma de violência contra a mulher baseada no gênero, ainda que a violência não ocorra no âmbito doméstico, familiar ou em uma relação íntima de afeto. A decisão desloca o centro da proteção jurídica.

Durante muito tempo, a Lei Maria da Penha foi socialmente compreendida como uma legislação destinada às mulheres violentadas por maridos, companheiros, familiares ou pessoas com quem mantivessem algum vínculo afetivo. Essa leitura, entretanto, não alcançava toda a dimensão da violência de gênero. A violência contra a mulher também acontece nos espaços públicos, profissionais, comunitários e políticos. Pode ser praticada por homens que não integram o círculo doméstico ou familiar da vítima e, ainda assim, estar diretamente relacionada à condição de mulher e às estruturas de desigualdade que historicamente sustentam essa violência.

É justamente nesse ponto que a decisão do STF produz uma mudança relevante. A proteção deixa de depender exclusivamente da existência de um vínculo doméstico, familiar ou afetivo entre agressor e vítima e passa a considerar a natureza da violência: se ela é praticada contra a mulher em razão do gênero, pode justificar a aplicação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha. O Supremo também estabeleceu que essa proteção alcança a violência política contra a mulher, inclusive aquela prevista no art. 326-B do Código Eleitoral.

Além disso, reafirmou a possibilidade de concessão de medidas protetivas por delegados de polícia ou agentes policiais em situações urgentes de ameaça ou violência de gênero, nos termos já definidos na ADI 6.138. A decisão não significa que toda violência praticada por um homem contra uma mulher estará automaticamente submetida à Lei Maria da Penha. O elemento determinante continua sendo a violência baseada no gênero. Essa distinção é fundamental para preservar a finalidade da legislação e evitar que sua aplicação seja reduzida a uma fórmula automática. O que o STF reconhece é algo que o movimento feminista denuncia há décadas: a violência de gênero não é um fenômeno restrito ao ambiente doméstico.

Ela atravessa relações de poder, espaços institucionais, ambientes profissionais, disputas políticas e relações sociais. A Lei Maria da Penha nasceu para enfrentar uma forma historicamente naturalizada de violência contra as mulheres. Vinte anos depois de sua criação, sua interpretação constitucional acompanha a realidade que a própria lei pretende transformar. A casa continua sendo um dos lugares onde mulheres mais precisam de proteção. Mas a violência de gênero não termina na porta de casa — e a proteção jurídica também não pode terminar. Ela deve proteger a mulher em todos os espaços onde ela se encontrar.

Izabela Lopes Jamar é advogada criminalista feminista. Especialista em Sistema de Justiça Criminal pela UFSC; Especialista em Processo Penal e Direito Penal pela ATAME-Brasília, Pós-graduada em Jornalismo pela FAVENI. Pós-graduanda em Direitos das Mulheres pela i9.
E-mail: izajamar@gmail.com



20 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA-LMP

por: Sônia Maria Alves da Costa - Advogada feminista, Pesquisadora Colaboradora da Coletiva Feminista GSEX.

Na data de 07/08/2026, completa 20 anos da promulgação da Lei nº 11.340/2006, a "Lei Maria da Penha." Inspirada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), marco legal extremamente importante, que criou mecanismos para "coibir a violência doméstica e familiar" nos termos do § 8º do art. 226 da CF/1988. Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher-JVDFCM, cuja finalidade precípua é a prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, que aprimorou conceitos e estabeleceu um rol de obrigações para a implementação de políticas públicas aos Poderes, em todas as instâncias, no âmbito Federal, Distrital, Estadual e Municipal.

Lei construída a partir de um grupo qualificado, o "Consórcio Lei Maria da Penha" que reuniu especialistas. Legislação essa que, em seus 46 artigos, ao longo dessas duas décadas passou por aprimoramento e segue como uma das melhores Leis, nesse segmento, no mundo, quanto ao enfrentamento a VDFCM. A LMP, reconhece a violência contra a mulher, como violação dos direitos humanos, em face das estruturas sociais, culturais e políticas e das desigualdades de gênero construídas e institucionalizadas ao longo da história do nosso país. Foi erigida em cumprimento a obrigações do Brasil, cuja norma impõe a prevenção das VDFCM, notadamente o rol especificado no artigo 7º e cumpre informar que é obrigação do Estado, do poder público, instituições privadas, em todos os segmentos, da sociedade, como um todo, vez que, ante a complexidade, não é possível encontrar amparo em um único setor, além do compromisso ético e político dos direitos das mulheres, fruto de muita luta e resistência.

A rigor, não se constitui uma legislação punitivista, primando pela prevenção, com vistas a uma vida plena a todas as mulheres e meninas, livres de todas as formas de violências e na promoção da cultura para o avanço da sociedade contra o machismo estrutural e a necessária transformação das estruturas de violência e das desigualdades nas relações de gênero. Impõe o direito a uma vida plena, tanto no acesso à justiça, na esfera institucional, como nos demais segmentos do exercício da vida pública e privada, exercício da plena cidadania, livre dos obstáculos em quaisquer contextos, assegurando a equidade em todos os aspectos da vida.

É fato, público e notório, que os homens seguem, invariavelmente, violentos e tem se intensificado debates nas comunidades virtuais acerca do comportamento social e do significado de "ser homem" e redpill, do significado da crítica, da violência e da hostilidade ao feminismo e da dinâmica das relações de gênero, comportamentos altamente tóxicos e violentos, momento em que o número de feminicídios, cuja tipificação desse crime ocorreu em março/2015 que, nos últimos dez (10) anos, cresceu 316% e, apenas para exemplificar, no ano de 2025 foram 1.470 casos, o que representa ceifar a vida de 4 mulheres por dia, pelo fato de ser mulher.

Assim, nos vinte anos da Lei "Maria da Penha" impõe o desafio permanente de assegurar os direitos das mulheres, o enfrentamento da masculinidade tóxica, o aprimoramento das instituições, do sistema de justiça e da segurança pública, do sistema político e social, da capacitação das(os) agentes públicos e a promoção da educação para erradicação de todas as formas de violência e de discriminação de gênero. Em síntese, somente a lei não soluciona todos os problemas, mas a LMP é um marco evolutivo imprescindível no enfrentamento à violência de gênero e requer o constante aprimoramento, bem como a evolução das instituições e da sociedade, especialmente pelo não retrocesso, para vivenciar um mundo mais justo e humano.



Arte, Educação e Reprodução Social: A Práxis Feminista-Marxista na Biblioteca da Praia Vermelha

por: Luana de Souza Siqueira e Gláucia Lelis Alves / E-mail: luana.siqueira@ess.ufrj.br / glaucia.lelis@ess.ufrj.br - Professoras Associadas – Escola de Serviço Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Nosso relato de experiência reflete sobre as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito da Biblioteca Feminista da Praia Vermelha (UFRJ), ancoradas na perspectiva do feminismo marxista e da análise da fundamental relevância da reprodução social para a concentração e acumulação de capital. Partindo do entendimento de que a opressão de gênero, dentre outras, e a exploração de classe são indissociáveis no modo de produção capitalista, nossas ações buscam desnaturalizar as estruturas de dominação que marcam o cotidiano da classe trabalhadora, com especial atenção à divisão sexual do trabalho e às violências que recaem sobre os corpos feminizados.

Conforme apontam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), o capitalismo não se restringe à esfera da produção de mercadorias no lugar de trabalho assalariado; ele depende visceralmente da reprodução social — isto é, do conjunto de atividades, afetos e instituições que renovam cotidianamente a força de trabalho e produzem a própria vida humana. Historicamente, como demonstra Federici (2017) em sua investigação sobre a acumulação primitiva, a subjugação das mulheres e a domesticação do corpo feminino foram pilares fundamentais para a imposição da ordem capitalista, e é justamente esse eixo teórico que orienta nossas ferramentas pedagógicas e político-culturais na universidade e nas escolas.

Dentre as frentes de ação da Biblioteca, destaca-se a iniciativa 'A Biblioteca vai ao Ensino Médio', que mobiliza a arte em sua função social e política para romper com os muros acadêmicos. Por meio de debates, saraus e produções audiovisuais, dialogamos com a juventude trabalhadora sobre as raízes estruturais da opressão, recebemos as e os discentes e docentes das escolas públicas em nossa universidade, assim como fazemos muitas visitas, desenvolvendo a oficina 'Qual o fogo que te queima?', utilizando a figura histórica da bruxa — resgatada por Silvia Federici (2017) — para problematizar o imaginário patriarcal presente nos contos infantis e na moralidade dominante, confrontando os estigmas impostos à autonomia das mulheres; e também problematizamos outras esferas da divisão e dos supostos papéis de gênero como é o caso dos jogos referentes ao texto "O pondo zero da revolução" da mesma autora.

Assim, nós propomos construções didáticas, elaboramos recursos lúdicos que se apropriam de elementos da cultura popular e cotidiana transformando-os, como é o caso do nosso baralho de 'Cartas de Tarô Feminista-Marxista' que se apropria de um objeto de curiosidade e práticas ilustrativas de interpretação da vida, para descortinar a realidade, recontextualizando arquétipos como o Imperador para discutir o poder político e econômico do Estado, além de pautar conceitos centrais como a Divisão Sexual do Trabalho (Carta 4) e a necessária Queda do Patriarcado (Carta 16); complementarmente, o jogo de tabuleiro 'Trilhas da Conquista dos Direitos das Mulheres' retrata de forma não linear os avanços e retrocessos históricos, evidenciando que conquistas jurídicas formais — como o direito ao voto em 1932 ou a permissão para frequentar escolas em 1827 — não eliminaram a exploração estrutural, tampouco suprimiram a persistência de violências de gênero (Bhattacharya, 2019).

Concluimos que a práxis feminista-marxista na extensão universitária cumpre um papel incontornável na formação acadêmico-política. Ao articular arte, ludicidade e rigor teórico, capacitamos sujeitos na prevenção e no combate à violência de gênero, reafirmando que a emancipação humana exige o desvelamento radical das contradições do capital. Convidamos a todas, todos e todes para conhecer a Biblioteca Feminista da Praia Vermelha, seguem os contatos: bibliotecafeministapraiavermelha@gmail.com; Instagram @bibliotecafeministapv E YouTube Biblioteca Feminista da Praia Vermelha UFRJ.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maria Mee Silva. In: Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

SEM *mais* VIOLÊNCIA



O HOMEM QUE O FEMINISMO TORNOU POSSÍVEL

por: Carlos Vicente Queiroz Dias

Na semana em que passei a ser lido socialmente como homem, algo mudou. Minha competência e minha história eram as mesmas. Mas minha voz passou a ser ouvida com mais atenção, minha autoridade começou a ser presumida e o espaço se abriu com menos resistência. Em certas situações, eu já não precisava disputar a credibilidade que antes só me era concedida depois de alguma prova. Sou um homem trans e observei essa mudança como quem vê uma máquina funcionando pela primeira vez, percebendo que ela sempre estivera em movimento. Eu apenas a conhecia de outra posição. O que mudara não era o valor do que eu dizia, mas a leitura social de quem dizia. A mesma pessoa recebia outra medida de atenção, autoridade e confiança.

Só pude compreender essa experiência porque mulheres feministas, pensadoras lésbicas, intelectuais negras e movimentos antirracistas produziram linguagens capazes de tornar pensável aquilo que a sociedade apresentava como natural. É uma dívida intelectual e, muitas vezes, uma dívida de vida. Não falo, porém, de um feminismo único ou isento de transfobia, mas das tradições feministas e transfeministas que desnaturalizaram o gênero e foram capazes de interrogar também as próprias fronteiras.

Simone de Beauvoir abriu uma das fissuras mais profundas do pensamento moderno ao escrever que não se nasce mulher: torna-se mulher. Ao mostrar que a feminilidade é histórica e socialmente produzida, tornou possível também outra pergunta: como alguém se torna socialmente homem? Que gestos e silêncios aprende? Que autoridade recebe sem perceber? Como passa a tomar por espontâneo aquilo que lhe foi ensinado como norma?

Muitos homens cis aprendem a masculinidade cedo demais para notar que estão aprendendo. A socialização se mistura à linguagem do mundo, e o que foi repetido por toda a vida passa a parecer evidente. Para alguns homens trans, porém, certas regras da masculinidade podem apresentar-se como uma segunda língua. Quem aprende uma língua mais tarde percebe estruturas que o falante nativo nunca precisou nomear: entonações, regras implícitas e formas de tratamento que, para os demais, parecem naturais.

A consciência do processo deixa rastros que a fluência apaga. Com a masculinidade pode acontecer algo semelhante. Há homens trans capazes de reconhecer o instante em que sua voz adquiriu outro peso, sua competência começou a ser presumida e o espaço ao redor de seu corpo passou a responder de outra maneira. Isso não significa conhecer por inteiro "os dois lados", como se homens e mulheres habitassem territórios fixos e perfeitamente separados. Tampouco significa que toda experiência transmasculina produza a mesma consciência. Significa apenas que alguns de nós vimos essas fronteiras se deslocarem ao redor de nossos corpos e ao longo de nossas vidas. Essa mudança pode oferecer uma contribuição específica ao pensamento feminista. A crítica feminista já demonstrou como a autoridade é retirada das mulheres, como são interrompidas, desacreditadas e obrigadas a provar reiteradamente sua competência. Algumas experiências transmasculinas permitem observar, enquanto acontece, o movimento complementar dessa estrutura: como a autoridade passa a ser concedida aos homens. O que muda não é apenas quem é silenciado. Muda também quem passa a ser escutado antes de precisar provar que merece ser. O espaço não é apenas negado a algumas pessoas. Ele se abre, antecipadamente, para outras. A autoridade não é apenas retirada. Ela é depositada, sem que ninguém a tenha pedido.

Continua na próxima página...



O machismo estrutural não precisa de intenção individual nem de homens especialmente perversos. Precisa de posições. Esse privilégio, porém, não é uniforme nem definitivo. No caso de homens trans, pode ser rapidamente revogado quando somos reconhecidos como trans. A fronteira não desaparece. Apenas muda de lugar. Ainda assim, quem viu a máquina distribuir credibilidade já não pode confundir tão facilmente sua recompensa com mérito pessoal.

Isso não nos transforma em modelos de consciência. Também podemos reproduzir misoginia e buscar reconhecimento nas hierarquias masculinas que deveríamos questionar. A transição não produz consciência política por si mesma. A experiência abre uma possibilidade. A recusa de repetir a máquina transforma essa possibilidade em responsabilidade. Mas a recusa deixa uma pergunta mais difícil: se a masculinidade também é aprendida pela observação, pela repetição e pelo desejo de pertencimento, onde encontraremos referências para formas de ser homem que não reproduzam o patriarcado?

Não partimos de um terreno vazio. A masculinidade é vivida por meio de linguagens, gestos, imagens e relações anteriores a nós. Esses repertórios não nos tomam homens, nem nossa condição depende de reproduzi-los, mas interferem em como expressamos e vivemos nossa masculinidade. Por isso, a crítica ao patriarcado não pode exigir de nós, homens trans, a renúncia à masculinidade nem lançar suspeita sobre nossa existência como homens. A questão não é afastar-nos de tudo o que é reconhecido como masculino, mas recusar que o patriarcado detenha o monopólio sobre seu significado. Trata-se de afirmar nossa condição de homens e disputar aquilo que a masculinidade ainda pode tomar-se.

As tradições feministas podem ajudar nesse caminho, não oferecendo um novo arquétipo, mas ensinando-nos a pensar de outras maneiras a força, a autonomia, o cuidado, a liberdade e a responsabilidade. Força sem domínio. Autoridade sem soberania. Pertencimento sem subordinação do feminino. A crítica feminista não precisa produzir o homem perfeito. Isso apenas substituiria uma norma por outra. Em vez do dominador invulnerável, teríamos o homem impecavelmente desconstruído, incapaz de falhar ou de ser corrigido. Continuaríamos presos ao antigo sonho masculino da completude. O que existe além talvez não seja um modelo acabado, mas um campo aberto de experimentação. A ausência de modelo não toma uma forma de vida impossível. A vida pode preceder as imagens disponíveis para representá-la.

É nesse descompasso entre a vida e as formas disponíveis para reconhecê-la que Caterina Nirta situa a potência utópica das experiências trans. Em sua leitura, a utopia deixa de ser apenas a promessa de um mundo futuro e passa a ser compreendida como uma virtualidade real que se atualiza no aqui e agora, dentro e contra as fronteiras normativas que procuram contê-la. Essa atualização desloca a potência utópica do anúncio para a presença. Ela está menos em antecipar aquilo que um dia poderá existir do que em tomar presente uma forma de vida que a ordem normativa ainda procura relegar ao impossível.

Por isso, uma forma de vida pode ser histórica e construída sem ser falsa, profundamente verdadeira sem depender de uma essência imutável e vivível antes de encontrar uma imagem capaz de representá-la. Essa possibilidade não prova que já tenhamos produzido uma masculinidade livre da dominação. Permite, contudo, afirmar algo mais modesto e radical: novas formas de vida não precisam de um modelo anterior para começar a existir.

Se a vida pode atualizar possibilidades que a norma ainda declara impossíveis, a masculinidade também não precisa permanecer limitada às formas que o patriarcado tomou reconhecíveis. Se uma masculinidade historicamente construída pode ser verdadeira, também pode deixar de ter a dominação como destino.

A experiência transmasculina, quando atravessada por uma crítica feminista capaz de interrogar as próprias fronteiras, pode tomar pensável a separação entre duas coisas que o patriarcado sempre procurou manter unidas.

Continua na próxima página...



Ser homem e dominar. Não se trata de encontrar uma masculinidade pura sob a história. Não existe um homem original ao qual retornar. Trata-se de construir masculinidades ainda sem forma definitiva: imperfeitas, revisáveis e abertas à crítica daqueles com quem coexistem. Não somos o homem futuro inteiramente realizado.

Podemos ser uma de suas possibilidades presentes. A crítica feminista desnaturalizou o gênero. A existência trans tornou vivível aquilo que a norma declarava impossível. Agora, algumas experiências transmasculinas podem devolver ao feminismo outra hipótese: a masculinidade permanece aberta à história e não precisa cumprir o destino político que o patriarcado lhe atribuiu.

O homem que sou não nasceu do feminismo. A masculinidade que escolho construir encontrou em algumas dessas tradições uma linguagem, uma crítica e um horizonte. É nesse sentido que o feminismo tornou possível não a minha condição de homem, mas a maneira consciente como procuro habitá-la. Não me entregou uma forma pronta de ser homem. Ensinou-me a desconfiar de todas aquelas que exigiam que alguém fosse menor para que um homem parecesse inteiro.

Talvez exista, então, outro sentido para uma expressão antiga: self-made man. Não aquele que acredita ter se feito sozinho, transforma sua trajetória em prova de autossuficiência ou depende da reprodução perfeita de códigos masculinos. Nenhum homem se faz sozinho. Somos constituídos em relações, linguagens e histórias que não escolhemos por inteiro. Carregamos heranças anteriores a nós, inclusive as que pretendemos contestar.

Reconhecer isso não concede ao patriarcado a palavra final sobre aquilo que podemos ser. Talvez possamos chamar de self-made man, em outro sentido, o homem que não se imagina autor soberano de si, mas participa conscientemente daquilo que sua masculinidade produzirá no mundo: do que aceita repetir, do que decide interromper e do que se dispõe a construir.

Não somos homens feitos do nada. Somos homens capazes de disputar a autoria do que ainda podemos nos tornar. Se nenhum homem se faz sozinho e nenhum precisa ser terminado pelo patriarcado, que self-made men podemos nos tornar juntos?

Carlos Vicente Queiroz Dias é mestre e doutorando em Direitos Humanos pelo PPGIDH/UFG. E-mail: adv.queirozdias@gmail.com.

MULHERES SAGRADAS, LIDERANÇA E RESISTÊNCIA

A força do feminino, das antigas tradições à contemporaneidade

por: Eliene Nobre Damacena

Desde os primórdios, o sagrado teve rosto de mulher. Na Índia, Kali, Durga, Saraswati e Lakshmi expressam transformação, coragem, conhecimento e abundância. No Egito, Ísis reuniu as imagens da mãe, curadora, rainha e protetora. Na Mesopotâmia, Inanna/Ishtar representou poder, fertilidade, amor e guerra. Entre os povos nórdicos, Freya, ligada ao amor, à guerra e à magia, simbolizou autonomia. Na Grécia, Hécate, guardiã das encruzilhadas e dos mistérios, associou-se às artes mágicas. Lilith, figura das tradições mesopotâmicas e judaicas, tornou-se símbolo de insubmissão. De origens distintas, Freya, Hécate e Lilith foram aproximadas do imaginário da “bruxa”: mulheres temidas porque livres, conhecedoras de seus poderes e difíceis de controlar. Ainda hoje são ressignificadas como imagens de força e resistência.

Com o fortalecimento do patriarcado, o sagrado feminino perdeu centralidade e mulheres que exerciam autoridade encontraram limites crescentes. Sacerdotisas, profetisas, parteiras, curadoras e guardiãs de saberes foram desautorizadas ou apagadas. Séculos depois, nas perseguições europeias por bruxaria, muitas foram denunciadas, torturadas e assassinadas. Nem todas defendiam, nos termos atuais, uma sociedade igualitária; mas sua autonomia, seus conhecimentos, sua influência ou sua recusa à submissão podiam ameaçar a ordem estabelecida. Chamá-las de “bruxas” serviu para justificar o medo, o controle e a violência. Ainda assim, o sagrado feminino permaneceu vivo nas mulheres que continuaram cuidando, ensinando, curando e sustentando comunidades. No cristianismo, os Evangelhos apresentam Jesus atravessando fronteiras impostas às mulheres. Ele dialoga publicamente com elas, acolhe as que eram desprezadas, reconhecem sua fé e permitem que integrem o discipulado. São mulheres que permanecem próximas na paixão e na cruz, são elas também as primeiras testemunhas e anunciadoras da ressurreição, numa sociedade em que o testemunho feminino tinha pouco valor público e jurídico. Esse dado não é secundário: ele está no coração da mensagem cristã.

Entre todas, Maria de Nazaré ocupa um lugar singular. Ela não foi apenas a mãe de Jesus, mas uma mulher que discerniu e acolheu uma missão transformadora. Gerou, protegeu e educou o Filho; acompanhou-o até a cruz; permaneceu com a comunidade nascente. Seu cântico, o Magnificat, anuncia a derrubada dos poderosos e a exaltação dos humildes. Maria é presença, palavra, coragem, consciência e fidelidade. Entretanto, sua imagem foi muitas vezes reduzida à passividade e à obediência silenciosa, ocultando a força de uma mulher que tomou decisões, enfrentou riscos e sustentou a esperança.

A leitura feminista das Escrituras não pretende negar a fé, mas libertá-la dos condicionamentos patriarcais que marcaram a redação, a transmissão e a interpretação dos textos bíblicos. Ao reler essa história, reencontramos Miriam, Débora, Rute, Ester, Judite, Maria Madalena, Priscila, Febe, Lídia e tantas outras mulheres que exerceram liderança espiritual, política, profética e comunitária. Perguntar onde estão suas vozes é também perguntar por que, ainda hoje, tantas instituições religiosas são sustentadas majoritariamente por mulheres, enquanto os principais espaços de decisão permanecem reservados aos homens.

Essa contradição aparece na Igreja Católica: as mulheres são maioria em muitas comunidades, pastorais, missões e obras sociais, mas não participam em igualdade do governo nem dos ministérios ordenados. Maria é venerada como Mãe, Rainha e Santa, mas raramente apresentada como inspiração para a autoridade e a condução eclesial. Uma Igreja que levasse a sério sua coragem, escuta e liderança talvez fosse ainda mais próxima das pessoas feridas e comprometida com a justiça e a dignidade humana.

Continua na próxima página...



Também nas religiões de matriz africana, as mulheres guardam e transmitem saberes indispensáveis. As ialorixás preservaram comunidades, ancestralidades e práticas religiosas durante séculos de escravização, racismo e perseguição. Na Umbanda, entidades femininas, entre elas as Pombagiras, tantas vezes incompreendidas e estigmatizadas, são reconhecidas por seus praticantes como expressões de proteção, justiça, autonomia e reconstrução da dignidade. Respeitar essas tradições não diminui a fé cristã; ao contrário, desafia-nos a combater a intolerância religiosa e a reconhecer a liberdade de consciência como direito humano.

Eliene Nobre Damascena é Psicóloga (CRP GO 09/2536), especialista em Neuropsicologia, Neuromodulação, ABA e Práticas Integrativas em Saúde (PICS). E-mail: Indamascena@gmail.com



As mulheres de Provetá: conflitos e vivências entre comunidade da terra e nova comunidade

por: Giovanna Adriana Tavares Gomes - giotavares.adriana@gmail.com

Doutora em Performances Culturais - UFG

Apresento aqui reflexões acerca das performances presentes no cotidiano da Ilha Grande (IG), localizada no Rio de Janeiro. Foram desenvolvidas ao longo do doutorado que contou com cerca de 70 entrevistas e apresentam questões acerca do discurso religioso que marca a comunidade de Provetá. Por ser um campo híbrido, plural (Petronilio, 2015), permite analisar a IG além do turismo ou da atividade econômica, mas compreender os sujeitos e suas relações sensíveis, sutilezas com relação ao trabalho, à pesca, à noção de comunidade e os discursos, como o religioso.

Autoras como Butler (2018), Swain (2012) e Munhoz (2008) conduziram as análises e problematizações aqui feitas. Matos (1996) elucida a historicidade do conceito gênero e como este deve ser analisado enquanto uma categoria histórica, a construção de perfis e comportamentos (feminino e masculino, por exemplo); que devem ser compreendidos como discursos (Butler, 2018) construídos social, cultural e historicamente, que perpassam relações simbólicas e sociais (Swain, 2012). A metodologia mescla os conceitos de Victor Turner de Drama Social (Crise, ampliação da crise, regeneração, rearranjo e cisão) e a Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Gallazzi e Moraes (2016) e Gallazzi e Sousa (2022) que consiste em realizar, transcrever e analisar as entrevistas a partir de uma decoupage dos textos e codificação/categorização conforme os conceitos turneanos. Inicia-se com a crise cotidiana, aumentando as tensões das relações já previamente existentes, acirrando a crise e gradualmente chegando à regeneração, que pressupõe ou uma conciliação (rearranjo) ou uma cisão, sendo o efeito final sempre uma mudança (Silva, 2009).

A comunidade de Provetá é habitada por pescadores, a segunda maior comunidade da ilha e segundo dados da pesquisa conduzida por Pacheco Junior et al (2021), 80% de sua população se declara cristã, especificamente da denominação Assembleia de Deus. Para estes autores este modo de ser norteia o cotidiano da comunidade. A história de Provetá está entrelaçada com a fundação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. No discurso do fundador Deoclécio Luiz das Neves, ele e sua família foram guiados por Deus até a vila. (Assembleia, s/d.). Na Vila, a denominação Assembleia possui uma espécie de poder centralizador das ações que norteiam a vivência das pessoas (Pacheco Junior et al, 2021, p. 57), o que também aparece nas falas das entrevistadas.

Alguns apontam que a Igreja é a melhor coisa que poderia ter acontecido para a comunidade, como para Maria Joana, que se sente “horrorizada” em outras comunidades (Abraão), enquanto Provetá está ligada à “paz”, “sossego”, “família” e “Igreja”, “um lugar de Deus” (Maria Joana (VID_20210406_124023) 06/04/2021 12:40). Uma característica que salta aos olhos em Provetá é o costume religioso cotidiano, que aparece por exemplo nas praias frequentadas por pessoas usando roupas. Alguns entrevistados afirmam que “não é proibido entrar na praia de biquíni, não é proibido andar na rua de biquíni, só que o povo que vem já sabe que aqui é uma comunidade evangélica e respeita” (CTPR/V-4). A imagem dos corpos são uma invenção social (Swain, 2000) e em Provetá os corpos cobertos e o banho de roupa são motivos de estranhamento para os da nova comunidade e para turistas, por exemplo, que desde um primeiro momento já notam estas vestimentas.

E “essa maneira de agir e pensar tem um impacto profundo em Provetá, empiricamente, demonstrado pelo poder dos líderes religiosos, que buscam afastar os turistas que não concordam com as imposições da Assembleia de Deus.” (Pacheco Junior et al, 2021, p. 62).

Continua na próxima página...



Para a entrevistada Simone (NC) a presença da igreja influencia diretamente, coibindo muitas vezes, como quando houve a proibição da frequência dos alunos na escola durante uma campanha de conscientização. Além disto, há embates acerca das religiões de matriz africana, evolucionismo ou mitologia grega, apesar do currículo e das legislações nacionais. Nas palavras dela, há uma coibição velada, uma “pressão social” e um “poder ideológico” sobre a “mentalidade dos moradores” (NCPR/VI-10).

Ao se estabelecer em Provetá, a igreja “consolidou suas ideologias e práticas religiosas” (Pacheco Junior et al 2021, p. 57) e polarizou a comunidade além da CT ou NC, entre os que são da Igreja e os que não são. A igreja atua nas normas e costumes sociais e ressignificou a cultura caiçara. Em resumo, a comunidade vive uma harmonia “aparente”, mas que nos discursos velados transparecem o acirramento da crise e a cisão.

Referências

- ASSEMBLEIA DE DEUS PROVETÁ. Nossa História. s./d. Disponível em: <https://www.adproveta.com/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 21 jul. 2026.
- BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [recurso digital].
- GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio. Análise Textual Discursiva: uma ampliação de horizontes. São Geraldo, RS: Ed. Unijuí, 2022.
- GOUVÊA NETO, A. L.; NEDER, A. B.; FRANCO, G. P. Mulheres e religião: do conservadorismo à resistência. Revista Caminhos - Revista De Ciências Da Religião, v. 19, n. 3, pp. 539-561, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/cam.v19i3.8932>. Acesso em: 21 jul. 2026.
- MATOS, M. I. S. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. Espaço Feminino. v. 3, n. 1/2, jan./dez. - 1996.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016. (Coleção educação em ciências).
- MUNHOZ, Alzira. Feminismo e evangelização: uma abordagem histórico-teológica à luz do conceito de evangelização das diretrizes gerais e da ação evangelizadora da igreja no Brasil. 2008. Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2008. 398p. Disponível em: <https://faculdadejesuita.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/170915-vscDKCSCkNQju.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2026.
- PACHECO JUNIOR, N. C.; BERNARDES, A.; MAIA, F. R. DE A. Provetá: a Assembleia, em um lugar de Deus. Tempo Da Ciência, v. 28, n. 55, pp. 55-66, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rtc.v28i55.28018>. Acesso em: 21 jul. 2026.
- PETRONILIO, Paulo. as palavras e as coisas das performances culturais. In: CAMARGO, Robson Corrêa de; CUNHA, Fernanda; PETRONILIO, Paulo (orgs.). Performances da cultura: ensaios e diálogos. Goiânia, Kelps, 2015. p. 53-59.
- SILVA, Andréia Vicente da. A crise do pertencimento: ritual e drama social na obra e na vida de Victor Turner. Cadernos da FaEL, v. 2, p. 1-18, 2009.
- SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.TÓ.R.I.A. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB, 8(1-2), pp. 47-84, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27803>. Acesso em: 21 jul. 2026.
- TURNER, Victor. Betwixt and between: o período liminar nos ritos de passagem. In: Floresta de símbolos. Niterói: EdUFF, 2005a. p. 137-158.
- TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em antropologia da experiência (primeira parte), de Victor Turner. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 13, p. 177-185, 2005c. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50265>. Acesso em: 10 out. 2024.
- TURNER, Victor. Dramas, Campos e Metáforas. Niterói: Eduff, 2008.
- TURNER, Victor. O Processo Ritual. Petrópolis: Vozes, 1974.

As palavras de Sofia

por: Amanda Pereira Santos

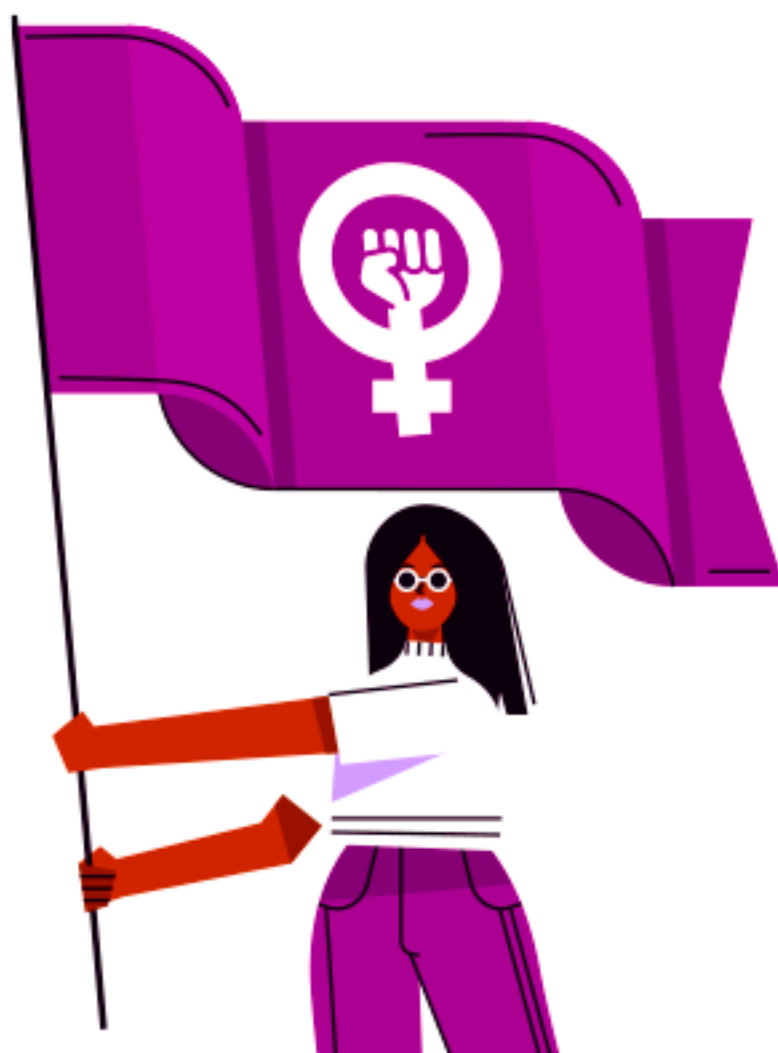
As palavras sempre lhe chamaram a atenção. Antes mesmo de aprender a ler, Sofia folheava as inúmeras revistas e livros que seu avô guardava no escritório da velha casa em que viviam. Seus olhos moviam-se com rapidez junto com seus pequenos dedos. Em pouco tempo ela conseguiu entender as frases e não demorou para que começasse a escrever, ainda que nunca houvesse sido matriculada em uma escola. Não hesitava ao desenhar pelas paredes para ilustrar as histórias mirabolantes que inventava.

Escrevia sobre bruxas, fadas e universos fantásticos. Quando não estava escrevendo, aproveitava para ler ou reler alguma obra. Aos doze anos, publicou seu primeiro livro, com o apoio de seus pais. No colégio público em que estudava, em uma turma avançada para alguém da sua idade, era a aluna favorita pelos professores. Mas todos os seus colegas achavam-na estranha demais. Para eles, ela era diferente.

Com o passar dos meses, Sofia tentou deixar sua paixão de lado e tentou ser como as outras garotas. Comprou as roupas da moda e fez esforço para se enturmar. Nada disso adiantou. Seu gosto pela escrita e pela leitura não desapareciam, mas ela se convenceu que aquilo não era pra ela. Por isso, inscreveu-se para estudar pintura e balé. Embora as aulas fossem divertidas, ela não se sentia tão extasiada como quando encontrava-se imersa em palavras.

Foi então que dona Marta, sua professora de literatura, percebeu que seu desempenho havia piorado e pediu-lhe que fizesse uma atividade extra: uma redação com o tema “quem sou eu?”. Relutante e com dúvidas sobre o que escrever, Sofia encarava as folhas brancas de seu caderno. Pensando sobre quem era e quem queria ser, percebeu que passara os últimos dias se escondendo por trás de uma máscara que ela mesma criou.

Quem é Sofia? É uma jovem forte, inteligente e apaixonada por palavras. Ela não se importa com o que pensam sobre ela, mas sim com a sua própria opinião e os seus sonhos. E o que ela quer ser? Escritora, é claro! Mas, cá entre nós, ela já se considera como tal. Antes de entregar o texto, agradeceu pelo “empurrãozinho”. A docente deu um sorriso torto e, no dia seguinte, devolveu-lhe o trabalho. Nota 10.



A palavra como testemunha: a língua diante das violências de gênero

por: *Patrícia Fortes Lopes Donzele Cielo - pdonzele@gmail.com - Mestra em Direito, Pedagoga, Letrista e bacharelada em Psicologia*

Há uma cena que se repete nos tribunais, nas delegacias e nos noticiários: uma mulher descreve o que lhe fizeram, e a língua, que deveria ser sua aliada, torna-se um campo minado. Cada palavra dita pode ser lida contra ela. Cada silêncio, contra ela também. Antes de ser um instrumento de justiça, a palavra é um instrumento de poder — e quem a domina, domina a narrativa da violência.

A gramática, ensinada como mera técnica, guarda uma dimensão política. Na voz passiva, o agente pode desaparecer: "a mulher foi estuprada" não diz quem a estuprou; "a mulher foi morta" não nomeia o assassino. O noticiário repete essas construções todos os dias, e com elas a violência ganha a aparência de um acontecimento sem autor, uma fatalidade. A língua, nesses casos, não é neutra: é cúmplice.

O Direito, porém, ensina o caminho inverso. Nomear é reconhecer. Foi assim que a categoria "feminicídio" entrou no Código Penal em 2015, pela Lei nº 13.104, para dizer que matar uma mulher por ser mulher não é um homicídio qualquer: é a expressão última de uma estrutura de dominação. Foi assim que a "importunação sexual" ganhou tipificação própria em 2018, pela Lei nº 13.718, dando nome ao que antes se dissolvia em "constrangimento", "brincadeira" ou "mal-entendido". A linguagem jurídica, quando precisa, devolve às mulheres a realidade do que sofreram — e torna possível cobrar do Estado a resposta que a violência exige.

O problema é que a linguagem jurídica e burocrática também sabe silenciar. O inquérito pergunta o que a vítima vestia; a defesa explora sua vida pregressa; o relatório reduz sua dor a uma classificação técnica. A mulher que fala deixa de ser sujeito e vira "a vítima", categoria genérica que apaga sua história. E há ainda a construção mais sutil: quando se escreve "ela afirma ter sido agredida", a dúvida entra pela sintaxe — a palavra da mulher chega ao papel já marcada por suspeita, antes de qualquer análise de provas.

A escuta, portanto, também é um exercício de língua. No enfrentamento às violências de gênero, o relato da vítima é frequentemente a única prova disponível: a violência doméstica, o assédio e o estupro costumam ocorrer sem testemunhas, no espaço privado, na sombra. Saber ouvir o que foi dito — e saber registrar com fidelidade o que foi dito — é uma responsabilidade de quem escreve o boletim de ocorrência, de quem redige a sentença, de quem assina a matéria jornalística. A palavra da mulher, quando respeitada, transforma-se de suspeita em testemunho.

A língua portuguesa, ensinada como herança, é também território de disputa. Quem nomeia a violência decide se ela será visível ou invisível, punível ou tolerada. Uma sociedade que diz "ele a matou por ciúmes" ainda procura desculpas; uma sociedade que diz "feminicídio" reconhece o padrão. A diferença entre uma expressão e outra não é estilística: é ética.

Diante disso, a tarefa é clara para quem escreve, julga, ensina ou apenas lê: escolher as palavras com a consciência de que elas testemunham. A língua pode apagar o agressor, naturalizar o crime e desacreditar a vítima — ou pode nomear com precisão, preservar a dignidade e dar à dor o reconhecimento que ela exige. A palavra é testemunha do que aconteceu. A pergunta é de que lado ela estará.

Catalão, 23 de agosto de 2026.

VAMOS TOMAR UM CAFÉ? GÊNERO, MEMÓRIAS E AUTONOMIA DAS MULHERES NO DÍSTRITO DE VILA RICA (Goiânia-GO).

por: Aline Paulista de Oliveira / Maria Meire de Carvalho

O presente artigo é parte do projeto de Extensão "VAMOS TOMAR UM CAFÉ? MULHERES, AUTONOMIA E MEMÓRIAS: Entre uma xícara e outra, trocas de saberes, transformação e afetos" que integra uma iniciativa do Programa "Coletiva Feminista GSEX: Rede de Mulheres Feministas em lutas cotidianas" (ação extensionista consolidada na UFG há mais de 17 anos).

A proposta geral do projeto objetiva apresentar os caminhos percorridos por um grupo de mulheres a partir de ações emancipadoras e autônomas realizadas por elas na comunidade do Distrito de Vila Rica, único Distrito da capital Goiânia. Nesse projeto vamos apresentar o protagonismo das mulheres enquanto articuladoras que usaram de suas vozes para conquistar equipamentos básicos para o distrito, como ai dá para manter a comunidade nesse território.

Apesar do público alvo ser em sua maioria, mulheres sexagenárias, nossas ações darão visibilidade de maneira coletiva e integrativa com os grupos multigeracionais de mulheres. As reflexões teóricas terão como aporte as literaturas: "O patriarcado do Salário" de Silvia Federici (2021); "Memória e Sociedade: lembranças de Velhos", Ecléa Bosi (1987); "A Memória Coletiva", de Maurice Halbwachs (2006); e "Memória, Esquecimento, Silêncio" de Michel Pollak (1989), "Becos da Memória" de Conceição Evaristo, obras que darão suporte teórico inicial.

A proposta metodológica se efetivará de maneira crítica/dialógica/formativa e buscará traçar ações emancipadoras e autônomas para as mulheres, respeitando as experiências de cada faixa etária das mulheres da comunidade.

Na primeira etapa já executamos articulações com a comunidade, desde o mês de Março de 2026, primeiramente foram realizadas reuniões virtuais e presenciais com algumas lideranças da comunidade visando conhecer melhor as demandas locais. Posteriormente, realizamos um curso de extensão online de "Epistemologia Feminista, Interseccionalidade e Direitos Humanos das Mulheres" que envolveu de maneira efetiva pessoas da comunidade e da organização do projeto. E recentemente ocorreu uma roda de conversa com a comunidade para estreitar laços e ouvir as demandas locais.

Para a próxima etapa faremos junto à comunidade um café coletivo/interativo - com o chamado "vamos tomar um café"? O intuito é aproveitar o momento do café como uma ponte para trocas de saberes e o fortalecimento do protagonismo comunitário. Nesse momento serão discutidas com as mulheres da comunidade sobre as necessidades básicas do Distrito.

Assim, buscaremos inseri-las no arcabolo da luta por direitos e na busca pelo bem estar da comunidade. Acreditamos que a reflexão sobre a implementação dos Direitos Humanos das Mulheres será também uma maneira de valorizar as memórias das mulheres que atuaram nas plantações e colheitas de café na região. Tal ação será um dos caminhos pensado para a tomada de consciência crítica dessas mulheres sobre sua importância na construção da comunidade, onde hoje é o Distrito de Vila Rica.

Dessa maneira, as mulheres terão suas ações reconhecidas e documentadas, destacando suas lutas, conquistas e tomadas de decisões com a ocupação do território, já que no final dos anos de 1960, a região foi ocupada por grandes plantações e cultivo de Café.



A PASQUIM FEMINISTA não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos publicados, os mesmo são de inteira responsabilidade de cada autora.